

CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM NATAL

Ata de Registro de Preços 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	783810-CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM NATAL	JEAN HENRY DA SILVA MARTINS	25/05/2026 17:11 (v 0.8)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		63170.010311/2025-10

1. DO OBJETO

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 63170.010311/2025-10

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

O Centro de Intendência da Marinha em Natal (CeIMNa), com sede na Rua Sílvio Pélico, s/nº, Alecrim - Base Naval de Natal, na cidade de Natal/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.502/0397-84, neste ato representado pelo Capitão de Fragata JORGE EDUARDO FRANCO, nomeado pela Portaria nº 280, de 13 de outubro de 2025, matrícula funcional nº 96.0309.17, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, referente ao **Pregão Eletrônico (SRP) nº 90023/2025**, publicada no de/...../2026, processo administrativo n.º 63170.010311/2025-10, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de boias de sinalização náutica, lanternas de sinalização náutica, materiais de fundeio e componentes associados, incluindo baterias, tintas, fosfatizante, ânodos de sacrifício e demais insumos necessários ao fundeio, operação, manutenção, reposição e restabelecimento dos Auxílios à Navegação, destinados ao atendimento das demandas do Serviço de Sinalização Náutica do Nordeste (SSN-3) e das Organizações Militares subordinadas ao Comando do 3º Distrito Naval (Com3ºDN), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório e seus anexos, especificados nos 38 (trinta e oito) itens do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 90023 /2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM DO TR	DESCRIÇÃO DO ITEM	UF	QTD	VLR UNIT	VALOR TOTAL
1	<p>Boias de Sinalização Náutica luminosa, tipo BL-1, fabricadas em polietileno, pigmentadas na cor específica, obedecendo o anexo “B” da NORMAM-601/DHN, aditivada contra raios ultravioleta, sujeitas às constantes variações de maré, vento e intemperismo e com a coloração da estrutura incorporada a resina, de acordo com as Normas em vigor, terão as seguintes características principais:</p> <p>a) Diâmetro do bojo (corpo flutuante): entre 1,75m e 1,90 m com espessura mínima de 7,0mm;</p> <p>b) Altura focal: mínima de 2,50m;</p> <p>c) Altura total: máxima de 7,25m;</p> <p>d) Altura submersa mínima: 1,25m;</p> <p>e) Peso máximo (Corpo + contrapeso): 1.200 kg;</p> <p>f) Marca de tope revestida ou não com polietileno, com formato e cor de acordo com pedido do SSN-3;</p> <p>g) Refletor radar embutido no mangrullo ou marca de tope;</p> <p>h) Seu corpo flutuante deverá ter um preenchido de 2/3 do seu corpo com espuma poliuretano e possuir dois olhais de içamento;</p> <p>i) O material utilizado para confeccionar a estrutura central deverá ser de aço de elevada resistência mecânica, com tratamento galvanizado a fogo e proteção catódica por anodo de sacrifício compatíveis com as dimensões e a vida útil estimada para cada boia; e</p> <p>j) Os acessórios tais como: parafusos, porcas, arruelas e os reforços das alças (olhais) das boias, deverão ser confeccionados em aço inoxidável ou outro material de qualidade igual ou superior. A estrutura central, os olhais de ancoragem e olhais de içamento deverão ser estruturalmente interligados, garantindo, desta forma a integridade física das boias de sinalização náutica nos içamento/reboque e mudanças de posicionamento.</p>	UN	9		
	<p>Boias de Sinalização Náutica luminosa, tipo BL 2, fabricadas em polietileno, pigmentadas na cor específica, obedecendo os anexo “B” da NORMAM-601/DHN, aditivada contra raios ultravioleta, sujeitas às constantes variações de maré, vento e intemperismo e com a coloração da estrutura incorporada a resina, de acordo com as Normas em vigor, terão as seguintes características principais:</p> <p>a) Diâmetro do bojo (corpo flutuante): entre 1,35m e 1,55 m, com espessura mínima de 7,0mm;</p> <p>b) Altura focal: mínima de 2,00m;</p> <p>c) Altura total: máxima de 4,65m;</p> <p>d) Altura submersa: mínima de 72cm;</p> <p>e) Peso aproximada (Corpo + contrapeso): até 500 kg;</p>				

2	<p>f) Marca de tope, revestida ou não com polietileno, com formato e cor de acordo com pedido do SSN-3;</p> <p>g) Refletor radar embutido no mangrullo ou marca de tope;</p> <p>h) O material utilizado para confeccionar a estrutura central deverá ser de aço de elevada resistência mecânica, com tratamento galvanizado a fogo e proteção catódica por anodo de sacrifício compatíveis com as dimensões e a vida útil estimada para cada boia; e</p> <p>i) Os acessórios tais como: parafusos, porcas, arruelas e os reforços das alças (olhais) das boias, deverão ser confeccionados em aço inoxidável ou outro material de qualidade igual ou superior. A estrutura central, os olhais de ancoragem e olhais de içamento deverão ser estruturalmente interligados, garantindo, desta foma a integridade física das boias de sinalização náutica nos içamento/reboque e mudanças.</p>	UN	8		
3	<p>Boias de Sinalização Náutica luminosa, tipo BL 3, fabricadas em polietileno, pigmentadas na cor específica, obedecendo o anexo “B” da NORMAM-601/DHN, aditivada contra raios ultravioleta, sujeitas às constantes variações de maré, vento e intemperismo e com a coloração da estrutura incorporada a resina, de acordo com as Normas em vigor, terão as seguintes características principais:</p> <p>a) Diâmetro do bojo (corpo flutuante): entre 1,00m e 1,35 m, com espessura mínima de 7,0mm;</p> <p>b) Altura focal: mínima de 1,90m;</p> <p>c) Altura total: máxima de 4,00m;</p> <p>d) Altura submersa: mínima de 75cm;</p> <p>e) Peso aproximada (Corpo + contrapeso): até 300 kg;</p> <p>f) Marca de tope, revestida ou não com polietileno, com formato e cor de acordo com pedido do SSN-3;</p> <p>g) Refletor radar embutido no mangrullo ou marca de tope;</p> <p>h) O material utilizado para confeccionar a estrutura central deverá ser de aço de elevada resistência mecânica, com tratamento galvanizado a fogo e proteção catódica por anodo de sacrifício compatíveis com as dimensões e a vida útil estimada para cada boia; e</p> <p>i) Os acessórios tais como: parafusos, porcas, arruelas e os reforços das alças (olhais) das boias, deverão ser confeccionados em aço inoxidável ou outro material de qualidade igual ou superior. A estrutura central, os olhais de ancoragem e olhais de içamento deverão ser estruturalmente interligados, garantindo, desta foma a integridade física das boias de sinalização náutica nos içamento/reboque e mudanças.</p> <p>Observação: Todas as boias de sinalização supracitadas deverão estar em consonância com as exigências estabelecidas pela IALA, de acordo com a publicação Boias de Plástico G1006 4ª Edição dezembro de 2018. A referente publicação encontra-se no sítio: www.iala-aism.org/productcategory/publications/guidelines.</p>	UN	5		
	Tinta de poliuretano para pintura de boia com corpo flutuante de polietileno/poliuretano (plástico) rígido de				

4	elevada resistência mecânica, química e à abrasão e alta resistência às intempéries, radiação UV, e maresia. (COR À COMBINAR)	LT	39		
5	<p>Lanterna compacta de sinalização náutica com alcance luminoso mínimo de 5MN- T= 0,85 de alta intensidade, autossustentável por meio de painéis solares e baterias VRLA recarregáveis, contida em seu próprio corpo. Provida de iluminação através de LEDs nas cores Branca, encarnada (vermelha), verde e âmbar. Vida útil médias dos LEDs, mínima de 100.000 horas. Grau de proteção mínimo IP67, autonomia mínima de 72 horas sem carga solar e que atenda as 256 características de lampejos pré-programados da IALA. A lanterna deverá possuir controle remoto ou chaveira hexadecimal incluso para programação com manual de instruções para programar os códigos, manual em português e não fazer uso de rede Wi-fi e software para programar as característica luminosas. O Licitante deverá apresentar, Certificado de Conformidade emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo Inmetro, comprovando que o produto ofertado (marca e modelo) atende ao grau de proteção IP67 ou superior, conforme estabelecido na norma ABNT NBR IEC 60529:2017. Divergência vertical de feixe 10°. Com o coeficiente de transparência atmosférica (T), adotado para a notação do alcance luminoso de um sinal, em documentos náuticos, é igual a 0,85 de acordo com a NORMAM-601. A Lanterna deverá estar de acordo com a IALA e a NORMAM-601.</p> <p>As especificações técnicas descritas estabelecem requisitos mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam às necessidades operacionais da Administração e às normas aplicáveis (IALA e NORMAM-601), vedada a restrição indevida à competitividade.</p>	UN	27		
	<p>Lanterna compacta de sinalização náutica com alcance luminoso de mínimo de 10MN – T= 0,85 de alta intensidade, autossustentável por meio de painéis solares e baterias VRLA recarregáveis contida em seu próprio corpo. Provida de iluminação através de LEDs na cores Branca, encarnada (vermelha), verde e âmbar. Vida útil médias dos LEDs, mínima de 100.000 horas. Grau de proteção mínimo IP67, autonomia mínima de 72 horas sem carga solar e que atenda as 256 características de lampejos pré-programados da IALA. A lanterna deverá possuir controle remoto ou chaveira hexadecimal incluso para programação com manual de instruções para programar os códigos, manual</p>				

6	<p>em português e não fazer uso de rede Wi-fi e software para programar as característica luminosas. O Licitante deverá apresentar, Certificado de Conformidade emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo Inmetro, comprovando que o produto ofertado (marca e modelo) atende ao grau de proteção IP67 ou superior, conforme estabelecido na norma ABNT NBR IEC 60529:2017. Divergência vertical de feixe 10°. Com o coeficiente de transparência atmosférica (T), adotado para a notação do alcance luminoso de um sinal, em documentos náuticos, é igual a 0,85 de acordo com a NORMAM-601. A Lanterna deverá estar de acordo com a IALA e a NORMAM-601.</p> <p>As especificações técnicas descritas estabelecem requisitos mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam às necessidades operacionais da Administração e às normas aplicáveis (IALA e NORMAM-601), vedada a restrição indevida à competitividade.</p>	UN	22		
7	<p>Lanterna compacta de sinalização náutica com alcance luminoso de mínimo de 15MN – T=0,85 de alta intensidade, autossustentável por meio de painéis solares e baterias VRLA recarregáveis contida em seu próprio corpo. Provida de iluminação através de LEDs na cores Branca, encarnada (vermelha), verde e âmbar. Vida útil médias dos LEDs, mínima de 100.000 horas. Grau de proteção mínimo IP67, autonomia mínima de 72 horas sem carga solar e que atenda as 256 características de lampejos pré-programados da IALA. A lanterna deverá possuir controle remoto ou chaveta hexadecimal incluso para programação com manual de instruções para programar os códigos, manual em português e não fazer uso de rede Wi-fi e software para programar as característica luminosas. O Licitante deverá apresentar, Certificado de Conformidade emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo Inmetro, comprovando que o produto ofertado (marca e modelo) atende ao grau de proteção IP67 ou superior, conforme estabelecido na norma ABNT NBR IEC 60529:2017. Divergência vertical de feixe 10°. Com o coeficiente de transparência atmosférica (T), adotado para a notação do alcance luminoso de um sinal, em documentos náuticos, é igual a 0,85 de acordo com a NORMAM-601. A Lanterna deverá estar de acordo com a IALA e a NORMAM-601.</p> <p>As especificações técnicas descritas estabelecem requisitos mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam às necessidades operacionais da Administração e às normas aplicáveis (IALA e NORMAM-601), vedada a restrição indevida à competitividade.</p>	UN	28		

8	<p>Lanterna compacta de sinalização náutica com alcance luminoso de mínimo de 20MN – T=0,85 de alta intensidade, autossustentável por meio de painéis solares e baterias VRLA recarregáveis contida em seu próprio corpo. Provida de iluminação através de LEDs na cores Branca, encarnada (vermelha), verde e âmbar. Vida útil médias dos LEDs, mínima de 100.000 horas. Grau de proteção mínimo IP67, autonomia mínima de 72 horas sem carga solar e que atenda as 256 características de lampejos pré-programados da IALA. A lanterna deverá possuir controle remoto ou chave hexadecimais incluso para programação com manual de instruções para programar os códigos, manual em português e não fazer uso de rede Wi-fi e software para programar as características luminosas. O Licitante deverá apresentar, Certificado de Conformidade emitido por</p> <p>Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo Inmetro, comprovando que o produto ofertado (marca e modelo) atende ao grau de proteção IP67 ou superior, conforme estabelecido na norma ABNT NBR IEC 60529:2017. Divergência vertical de feixe 10°. Com o coeficiente de transparência atmosférica (T), adotado para a notação do alcance luminoso de um sinal, em documentos náuticos, é igual a 0,85 de acordo com a NORMAM-601. A Lanterna deverá estar de acordo com a IALA e a NORMAM-601.</p> <p>As especificações técnicas descritas estabelecem requisitos mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam às necessidades operacionais da Administração e às normas aplicáveis (IALA e NORMAM-601), vedada a restrição indevida à competitividade.</p>	UN	27		
9	<p>Bateria vrla com tensão nominal de 6V, e capacidade de 7,2Ah - - Bateria Recarregável Tipo: Selada Vrla (Reguladas Por Válvulas) , Uso: Nobreak , Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 6 V, Capacidade Nominal: 7 AH, Dimensões: 149 X 98 X 32 MM, Componentes Adicionais: Terminal Faston 187</p>	UN	17		
10	<p>Bateria vrla com tensão nominal de 6V, e capacidade de 12Ah - - Bateria Recarregável Tipo: Selada , Aplicação: No Break , Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 12 V, Capacidade Nominal: 12 A</p>	UN	19		
11	<p>Bateria vrla com tensão nominal de 12V, e capacidade de 7Ah - - Bateria Recarregável Tipo: Selada Vrla (Reguladas Por Válvulas) , Duração Carga: 20 H, Uso: Nobreak , Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 12 V, Capacidade Nominal: 7 A</p>	UN	13		

12	Bateria vrla com tensão nominal de 12V, e capacidade de 24Ah/26Ah - - Bateria Recarregável Tipo: Selada Vrla (Reguladas Por Válvulas) , Aplicação: Manutenção Hospitalar , Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 12 V, Características Adicionais: Vaso Em Abs , Capacidade Nominal: 26 AH, Dimensões: (Axlxc) 125 X 175 X 166 MM, Componentes Adicionais: Terminal Faston 187	UN	7		
13	Bateria tipo pilha AA 1.2V/2400 a 2900mAh - - Pilha Recarregavel Tamanho Pilha: Pequena , Modelo: Aa , Aplicação: Equipamentos Eletrônicos , Sistema Eletroquímico: Níquel Metal Hidreto (Ni-Mh) , Capacidade Nominal: 2000 MAH, Tensão Nominal: 1,2, EMBALAGEM 2 UND	EMB 2UND	41		
14	Corrente em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica de 31,8mm, (1 1/4") acabamento betuminoso. Peso por metro Aproximado 20,24Kg; e Carga de ruptura 37.600 Kgf. (unidade de fornecimento metro)	m	51		
15	Corrente em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica de 28,6mm, (1 1/8"), acabamento betuminoso. Peso por metro Aproximado 16,34Kg; e Carga de ruptura 30.600 Kgf. (unidade de fornecimento metro)	m	351		
16	Corrente em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica de 25,4mm, (1"), acabamento betuminoso. Peso por metro Aproximado 12,68Kg; e Carga de ruptura 24.400 Kgf. (unidade de fornecimento metro)	m	501		
17	Corrente em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica de 22,2mm, (7/8 "), acabamento betuminoso. Peso por metro Aproximado 9,87Kg; e Carga de ruptura 18.300 Kgf. (unidade de fornecimento metro)	m	771		
18	Corrente em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica de 19,1mm, (3/4 "), acabamento betuminoso. Peso por metro Aproximado 6,97Kg; e Carga de ruptura 12.700 Kgf. (unidade de fornecimento metro)	m	101		
19	Tornel giratório em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica, 32mm para corrente de 28,6mm, acabamento betuminoso; e CARGA DE RUPTURA de 30.600Kgf	UN	42		
20	Tornel giratório em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica, 28mm para corrente de 25,4mm, acabamento betuminoso. e CARGA DE RUPTURA de 24.400Kgf	UN	45		
21	Tornel giratório em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica, 31mm para corrente de 22,2mm, acabamento betuminoso. e CARGA DE RUPTURA de	UN	25		

	18.300Kgf				
22	Tornel giratório em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica, 26mm para corrente de 19,1mm, acabamento betuminoso. e CARGA DE RUPTURA de 12.700Kgf	UN	21		
23	Manilha reta Alloy com pino e porca, grau 6, em aço carbono 31,8mm (1 1/4"), corpo galvanizado por processo eletrolítico, pino pintado por tinta epoxi vermelha; e Carga de ruptura de 12.000Kgf.	UN	63		
24	Manilha reta Alloy com pino e porca, grau 6, em aço carbono 28,6mm (1 1/8"), corpo galvanizado por processo eletrolítico, pino pintado por tinta epoxi vermelha ; e Carga de ruptura de 9.500Kgf.	UN	31		
25	Manilha reta Alloy com pino e porca, grau 6, em aço carbono 25,4mm (1"), corpo galvanizado a fogo, pino pintado por tinta epoxi vermelha; e Carga de ruptura de 8.500Kgf.	UN	33		
26	Manilha reta Alloy com pino e porca, grau 6, em aço carbono 19,1mm (3/4"), corpo galvanizado a fogo, pino pintado por tinta epoxi vermelha; e Carga de ruptura de 4.750Kgf.	UN	16		
27	Manilha chavetada em aço carbono de 38 a 40mm para corrente de 28,6mm, acabamento betuminoso, para fundeio de boia de sinalização; e Carga de ruptura de 30.600Kgf.	UN	11		
28	Manilha chavetada em aço carbono de 34 a 35,5mm para corrente de 25,4mm, acabamento betuminoso, para fundeio de boia de sinalização; e Carga de ruptura de 24.400Kgf.	UN	16		
29	Manilha chavetada em aço carbono 31mm para corrente de 22,2mm, acabamento betuminoso, para fundeio de boia de sinalização; e Carga de ruptura de 18.300Kgf.	UN	41		
30	Manilha chavetada em aço carbono 26,6mm para corrente de 19mm, acabamento betuminoso, para fundeio de boia de sinalização; e Carga de ruptura de 12.700Kgf.	UN	11		
31	Anilha em aço carbono 35mm para corrente de 25,4mm, acabamento betuminoso, para fundeio de boia de sinalização; e Carga de ruptura 24.400Kgf.	UN	47		
32	Anodo de sacrifício fundido de liga de zinco 2,8 a 3Kg – bruto com suporte.	UN	137		
	Fosfatizante para superfície de ferro oxidada, Frasco 500 Mililitro. Indicado e desenvolvido especialmente para				

33	remover resíduos de ferrugem e fosfatizar à superfície oxidada de metais ferrosos, conferindo uma camada protetiva anticorrosiva e melhorando a ancoragem da tinta de fundo e de acabamento.	UN 500ML	106		
34	Catalisador para tinta poliuretano PU .	UN	36		
35	Bateria estacionaria 12V/105AH a 115 AH - Bateria Estacionária Alta Capacidade Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 12 VCC, Capacidade Nominal: 115 AH, Dimensões: 330 X 172 X 240 MM, Vida Útil: Mínima De 4 Anos A 25°C , Modelo: Df2000 , Tipo: Selada De Eletrólito Flúido	UN	48		
36	<p>QUARTEL DE TORNEL GIRATÓRIO NAVAL- 1 1/4" C/ ELOS FINAIS GRAU II ACABAM. BETUMINOSO</p> <p>O quartel de tornel giratório naval é um componente essencial do sistema de fundeio, instalado entre a amarra e o ferro (âncora), com a função principal de eliminar torções na corrente durante as operações de lançamento e recolhimento.</p> <p>Trata-se de um conjunto metálico robusto, fabricado em aço carbono forjado de Grau II, com resistência mecânica compatível com amarras de 32 mm (1 1/4"), garantindo adequada capacidade de carga e segurança operacional. O sistema giratório interno permite rotação livre sob carga, evitando o acúmulo de tensões que poderiam comprometer a integridade da amarra. O item possui elos finais integrados, permitindo sua conexão direta com os demais componentes da linha de fundeio, como manilhas e elos Kenter. O acabamento superficial é betuminoso, proporcionando proteção contra corrosão em ambiente marinho, aumentando a durabilidade do equipamento</p>	UN	3		
37	<p>MANILHA DE ANCORA D- 1 1/4" GRAU II ACABAM. BETUMINOSO</p> <p>A manilha de âncora tipo "D" é um elemento de ligação estrutural utilizado no sistema de fundeio para conectar a amarra ao ferro ou a outros acessórios, garantindo união segura e desmontável. Fabricada em aço forjado Grau II, possui elevada resistência à tração e ao cisalhamento, sendo dimensionada para uso com correntes de 32 mm (1 1/4"). Seu formato em "D" proporciona maior alinhamento axial das cargas, reduzindo esforços laterais e aumentando a eficiência estrutural. O pino de fechamento é rosqueado ou com trava de segurança, garantindo que não haja soltura durante operações sob carga dinâmica. O acabamento betuminoso protege contra corrosão.</p>	UN	3		

38	ELO DE UNIÃO KENTER- 1 1/4" GRAU II ACABAM. BETUMINOSO	UN	5		
	<p>O elo de união tipo Kenter é um dispositivo utilizado para interligar seções (quartéis) de amarra, permitindo montagem e desmontagem sem necessidade de soldagem.</p> <p>Fabricado em aço forjado Grau II, é projetado para correntes de 32 mm (1 1/4"), garantindo resistência equivalente à dos elos comuns da amarra. Sua construção bipartida permite encaixe mecânico preciso, travado por pino central, formando uma união segura e confiável.</p>				

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Centro de Intendência da Marinha em Natal (CeIMNa) que gerenciará a ata de registro de preços.

3.2. *Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços — IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item** registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

5.1.1. Em caso de prorrogação da Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados e mantidas as condições que justificaram a adoção do Sistema de Registro de Preços.

5.1.2. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do [edital] OU [aviso de contratação direta], poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo[A1]

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

--	--	--	--	--	--	--	--	--

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JORGE EDUARDO FRANCO
 Ordenador de Despesa